

**Agregação Domiciliar e Sobrevivência Feminina:
Configurações de moradia na São Paulo colonial (1777-1794)**

*Agregación Doméstica y Supervivencia Femenina: Configuraciones
del hogar en la São Paulo colonial (1777-1794)*

E6_04 – Problemáticas Particulares: Mujeres e Historia Urbana en Latinoamérica

Giovanna Turato Citron Silva
Universidade de São Paulo, Brasil¹
giovanna.turato@usp.br

Resumo: Este trabalho aborda o fenômeno da agregação domiciliar na cidade de São Paulo no final do século XVIII, a partir das Listas Nominativas de Habitantes. Sendo um fenômeno que ocorre majoritariamente dentre a população feminina, examinam-se estratégias de sobrevivência de mulheres livres e pobres, como a realocação domiciliar, incorporação de não familiares e manejo do trabalho. Também são discutidos os mecanismos de coleta e apresentação das Listas, que, embora revelem dinâmicas importantes, ocultam aspectos centrais da agregação e da posição feminina na sociedade colonial. A perspectiva adotada difere dos estudos tradicionais sobre a atuação das mulheres, usualmente restritos ao núcleo familiar sob tutela masculina, ao evidenciar a complexidade de suas experiências em meio à ausência de assistência estatal e à prevalência de arranjos informais de apoio mútuo. Revela-se, assim, que as formas de habitar e de obter renda dessas mulheres, apesar de possíveis, estavam profundamente condicionadas pela moralidade patriarcal da sociedade colonial portuguesa e pelos limites materiais de uma cidade em expansão, marcada por forte disputa por moradia e pela própria sobrevivência.

Palavras-chave: Agregação domiciliar; São Paulo colonial; História das Relações de Gênero.

¹ Este trabalho é fruto de uma pesquisa de Mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH/USP, sob orientação do professor Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar, e que pretende investigar o fenômeno da agregação domiciliar na cidade de São Paulo entre 1777 e 1822.

Resumen: *Este trabajo aborda el fenómeno de la agregación doméstica en la ciudad de São Paulo a fines del siglo XVIII, a partir de las Listas Nominativas de Habitantes. Al tratarse de un fenómeno que ocurre mayoritariamente entre la población femenina, se examinan estrategias de supervivencia de mujeres libres y pobres, como la reubicación domiciliar, la incorporación de personas no familiares y el manejo del trabajo. También se discuten los mecanismos de recopilación y presentación de las Listas, que, aunque revelan dinámicas importantes, ocultan aspectos centrales de la agregación y de la posición femenina en la sociedad colonial. La perspectiva adoptada difiere de los estudios tradicionales sobre la actuación de las mujeres —habitualmente restringidos al núcleo familiar bajo tutela masculina— al poner en evidencia la complejidad de sus experiencias en un contexto de ausencia de asistencia estatal y de predominio de arreglos informales de apoyo mutuo. Se revela, así, que las formas de habitar y de obtener ingresos adoptadas por estas mujeres, aunque posibles, estaban profundamente condicionadas por la moralidad patriarcal de la sociedad colonial portuguesa y por los límites materiales de una ciudad en expansión, marcada por una intensa disputa por la vivienda y, incluso, por la propia existencia.*

Palabras-clave: *Agregación doméstica; São Paulo colonial; Historia de las Relaciones de Género.*

Introdução

A família tem sido apontada como instituição central na formação da sociedade colonial brasileira desde, pelo menos, meados do século XX, quando autores como Gilberto Freyre e Antônio Cândido elevaram um modelo de família patriarcal, própria à elite colonial agrária, ao patamar de paradigma². Contudo, desde os anos 1980 um novo movimento historiográfico procurou demonstrar como esse formato familiar – em especial no Sudeste –, longe de ser o paradigma, constituiu-se muito mais à guisa de exceção, coexistindo com diversas outras possibilidades de organização³.

Essa historiografia, porém, caminha em uma linha tênue entre dois polos. De um lado, compreender a família como ponto de partida e de chegada da formação de relações sociais, políticas e econômicas no mundo colonial, e de compreender que seu estudo é profícuo à medida que pode levar ao entendimento do desenvolvimento da própria sociedade brasileira. De outro, restringir sua análise ao nível da vida privada, às dinâmicas da reprodução social ou mesmo aos laços de parentesco, relacionando a história da família com a história da mulher – o que, por sua vez, também pode resultar em reducionismo e reproduzir uma divisão de gênero estabelecida em sociedades patriarcais.

Mas o imbróglio vai ainda além: a sociedade colonial, se não se constituiu apenas a partir da família patriarcal extensa, nem da família nuclear heteronormativa e conjugal, também não se constituiu apenas a partir de indivíduos livres, e as relações sociais advindas da estrutura escravista e da própria presença dos escravizados deram forma a constituições domésticas que ultrapassaram a definição conceitual de família, como havia se constituído na sociedade portuguesa cristã⁴. E não apenas cativos africanos ou afrodescendentes foram parte dos lares coloniais, mas também uma série de categorias sociais como os agregados, os indígenas sob tutela, os enjeitados, aprendizes etc., fazem de sua presença nos domicílios coloniais um desafio à história da família.

Em uma sociedade agrária como o foi a maior parte do mundo luso-americano, ainda é preciso frisar que o século XVIII assistiu à família como unidade de produção, e não como unidade de consumo marcada pelas relações afetivas, natureza que iria emergir somente com o desenrolar do processo histórico de aburguesamento da sociedade brasileira em fins do século XIX e, especialmente, no início do século XX, trazendo consigo o fim das relações escravistas e a consolidação das noções de vida privada familiar, do individualismo, da ideia de infância e dos padrões de gênero que pretendiam confinar as mulheres ao âmbito doméstico e ao cuidado da

² Cf. CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: Notas para o estudo das formas de organização familiar do Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 37, pp. 5-16, mai./1981.

³ Alguns trabalhos merecem destaque, em especial aqueles vinculados à metodologia da Demografia Histórica. Dentre eles, cf.: BACELLAR, Carlos de A. Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001; CAMPOS, Alzira L. de Arruda. **Casamento e família em São Paulo Colonial**: caminhos e descaminhos. São Paulo: Paz e Terra, 2003; SAMARA, Eni de Mesquita. A constituição da família na população livre (São Paulo no século XIX). **Anais do IV Encontro da ABEP**, pp. 2135-2157, 1984; _____. **Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano**: Itu, 1780-1830. São Paulo: EDUSP, 2005.

⁴ Além disso, é preciso levar em consideração, como apontou Dias (1994, p. 376), que não se deve jamais tomar a família como uma instituição fixa, mas sim em constante processo de construção histórica. Quando se fala, aqui, em ideal português cristão, tem-se em vista o modelo tridentino de família nuclear conjugal, paradigma da Era Moderna.

família⁵. Ao historiador dos setecentos, portanto, é preciso o cuidado de desvencilhar-se da armadilha anacrônica de ver na família colonial uma roupagem que não lhe era própria.

Além disso, em se tratando da capitania de São Paulo no século XVIII, o estudo da vida familiar há que considerar ainda outra questão. A partir da Restauração da autonomia da capitania, em 1765, o Estado e a Igreja empreenderam um tremendo esforço para adequar a família paulista aos moldes da tradição europeia cristã num esforço civilizatório. Por exemplo: a elevação de freguesias à categoria de vilas, o que implicava maior presença de instituições eclesiásticas e administrativas, fortaleceu a inserção da Igreja e do Estado na vida cotidiana das famílias; e o esforço hercúleo de elaborar os Maços de População, recenseamentos para estatística fiscal, organização militar e controle administrativo do Estado, levaram os braços da burocracia régia a cada rua de terra, a cada domicílio das vilas e cidades coloniais. Apesar disso, as condições materiais específicas à região não foram superadas, e perdurou o que alguns autores chamaram de anomalia⁶: grande quantidade de lares chefiados por mulheres, solteirice, concubinato e ilegitimidade da prole, agregação de não familiares, abandono de crianças etc. O projeto de ordenar a vida familiar, partindo da elite dominante, chocou-se com a materialidade das múltiplas formas de vivência da população, especialmente com a pobreza não assistida pelo Estado e precariamente pela Igreja, explicitando as contradições do ideal moral e fazendo com que a prática cotidiana moldasse – e não simplesmente obedecesse – o quadro conceitual proposto⁷.

Este trabalho propõe-se a pensar formas de habitar a cidade de São Paulo, nas últimas décadas do século XVIII, considerando não a família, mas a unidade doméstica como eixo central da sociabilidade⁸. Mais do que as relações definidas pelo parentesco, o estudo da vida na colônia parece indicar que o domicílio – e não somente a casa, mas mesmo outras casas estabelecidas em um mesmo terreno –, foi uma unidade importante, quicá central, na garantia da sobrevivência, em especial dos indivíduos menos abastados, à medida em que se constituía como unidade de produção e, portanto, não apenas garantia a moradia, mas também recursos e meios para a reprodução social e para as práticas de sustento⁹.

⁵ Cf. NAZZARI, Muriel. Dotes paulistas: Composição e transformações (1600-1870). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, nº 17, pp. 87-100, set. 1988/fev. 1989, p. 89; ALGRANTI, Leila Mezan. Família e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, vol.1, 1997, p. 65.

⁶ Em relação às “anomalias”, Corrêa (1981, p. 10) coloca: “Por que decidir-se então pela família patriarcal, pelo elemento da ‘ordem’ como foco de análise em meio a uma ‘desordem’ tão gritante, em que as ‘uniões irregulares’ eram de fato da ordem dominante?”. Apesar disso, a própria autora faz uma crítica ao vocabulário utilizado por si e por outros autores ao fazer referência às composições domiciliares e familiares que rompem com o paradigma da elite: termos como “anomalia”, “desordem”, “irregular”, por si só carregam uma carga conceitual pejorativa e que termina por reproduzir um paradigma falho de universalidade.

⁷ Esse fenômeno foi demonstrado exaustivamente em: CAMPOS, **Casamento e família...**, *Op. cit.*

⁸ Leila Algranti (1997, p. 62-63) aponta ainda que a maior parte das análises possíveis ao historiador do período colonial, dada a natureza das fontes históricas remanescentes, diz respeito ao domicílio e não à família em si.

⁹ São utilizadas aqui as expressões “reprodução social” e “práticas de sustento” apenas como marcadores analíticos provisórios, sem atribuir-lhes o estatuto de esferas ontologicamente separadas. A cisão entre “produção econômica” e “reprodução da vida” é um efeito histórico da forma-valor e da racionalidade moderna, que, como argumenta Roswitha Scholz (1996), institui o trabalho abstrato como princípio masculino de mediação social. No contexto colonial, porém, tais domínios não existiam como setores distintos: as atividades que a modernidade posteriormente isolaria sob a rubrica da ‘reprodução’ integravam a própria coordenação material da vida. A metodologia feminista permite justamente evidenciar essa não separação, evitando projetar sobre o período categorias nascidas do capitalismo industrial.

Agregação Domiciliar na São Paulo colonial: a cidade, os métodos, os dados

A cidade de São Paulo no fim do século XVIII: agregação e acesso à terra

Em primeiro lugar, é necessária a criatividade histórica para imaginar a São Paulo colonial como uma paisagem rural, despojando-a dos trajes metropolitanos com os quais hoje a cidade se veste. Entre os séculos XVIII e XIX, não somente a cidade, mas toda a Capitania de São Paulo vivenciou um processo histórico decisivo, marcado pela expansão agrícola materializada no cultivo de cana-de-açúcar nas *plantations* do Oeste Paulista e a exportação açucareira que serviria para inserir a capitania no circuito mercantil do Atlântico Sul, adentrando a esfera propriamente capitalista. Esse processo impulsionou um crescimento demográfico regional, sobretudo da população livre, e reconfigurou a paisagem agrária à medida em que ocasionou a formação de diversas vilas e cidades, e levou à criação de infraestruturas – como, por exemplo, a abertura de estradas e caminhos – para atender à mobilidade populacional, ao transporte de escravizados, de mercadorias e de bens de consumo e produção. Além, é claro, de aprofundar a estratificação social¹⁰.

Apesar de desencadear profundas transformações na capitania, o processo de transformação econômica em questão teve, para a população livre e pobre, um primeiro efeito imediato bastante importante: a terra, antes um recurso acessível a pequenos produtores, converteu-se progressivamente em mercadoria, concentrando-se nas mãos da elite¹¹. Para sujeitos de uma sociedade agrária, que dependiam diretamente da terra para obtenção do sustento – mas, também, para erigir suas moradias –, cultivar alimentos e criar animais, mas também casar-se, constituir domicílio próprio, e, em última instância, viver tornou-se cada vez mais difícil de garantir. Assim foi como o Capitalismo, enquanto esfera econômica, impactou a Vida Material da população paulista empobrecida: a capitalização da terra e a consequente dificuldade a seu acesso estiveram ligados, diretamente, à expansão açucareira na capitania, integrada a circuitos mercantis de larga escala no Atlântico¹².

Em nenhum outro lugar da capitania estas questões se materializaram mais do que em sua capital, a cidade de São Paulo. Apesar de não haver sofrido as intensas transformações pelas quais passava a capital da colônia – a cidade do Rio de Janeiro – e de ainda ser uma cidade predominantemente rural, a capital paulista era a zona mais urbanizada da capitania, com suas ruas de terra e um centro em tímida expansão que se alargava a partir da multiplicação de casas de comércio, pequenas vendas, poucas residências senhoriais e muitos domicílios pertencentes a indivíduos pobres¹³.

¹⁰ Para um panorama desse processo histórico, cf. principalmente: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org). **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: Editora UNESP, 2009; BACELLAR, Carlos de A. Prado. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987; LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo (1750-1850)**. São Paulo: EDUSP, 2006; MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)**. São Paulo: EDUSP, 2000; NICOLETTE, Carlos Eduardo. **À luz do ouro branco: lavoura canavieira paulista e a montagem do parque açucareiro de Campinas (c.1790-1818)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

¹¹ MARCÍLIO, **Crescimento Demográfico...**, *Op. cit.*, p. 184-188; BACELLAR, **Os senhores da terra...**, *Op. cit.*, p. 13-14.

¹² Marcílio (2000, p. 72) chamou esse processo de “intervenção capitalista-colonial” na capitania.

¹³ MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850**. São Paulo: EDUSP, 2014, p. 41s, 57-58, 60-62.

E parece ser justamente a pobreza o elo entre as zonas urbanas e a população livre, especialmente os mais marginalizados, tendo em vista que essas áreas poderiam oferecer uma gama de atividades ocupacionais maior do que seus entornos rurais. Daí a importância das cidades, em especial das capitais, na integração da população livre pobre na sociedade escravista colonial. Nesse sentido – e não surpreendentemente –, as mulheres representaram a maioria da população nas zonas urbanas na maior parte da América Ibérica durante os séculos XVIII e XIX¹⁴, o que não foi diferente em São Paulo. Além de oferecerem mais oportunidades a essa população feminina que, dadas as limitações de um sistema marcadamente patriarcal, enfrentava restrições em relação à sua atuação econômica, os espaços urbanos também ofereciam possibilidades distintas de moradia para mulheres não integradas a organizações domiciliares nas áreas rurais, nas quais, dada a esparsa ocupação do território e as distâncias a serem percorridas num espaço predominantemente ocupado pela vegetação, a tendência parece ter sido a aglutinação de núcleos familiares mais extensos ou, ao menos, mais circunscritos ao âmbito da família e mais dependentes dos laços de parentesco e casamento¹⁵.

Diante do cenário até aqui apresentado, uma maneira de contornar a dificuldade do acesso à terra, mas também as limitações impostas por uma sociedade hierarquizada e desigual à integração e sobrevivência dos indivíduos, foi a agregação domiciliar – que se define, em linhas gerais, por habitar no domicílio ou em terras de outra pessoa, quase sempre de forma temporária.

O fenômeno da agregação pode servir como importante lente pela qual se pode visualizar as complexas dinâmicas de organização domiciliar no passado brasileiro, já que evidencia a dificuldade de sobrevivência individual ou, mesmo, como parte de um núcleo familiar na sociedade colonial¹⁶ – que, ao contrário do mundo burguês, não parece ter experienciado a manutenção da vida de forma individual, mas compreendido-a de forma coletiva ou, ao menos, comunitária. Mas esse aspecto da vida cotidiana não deve ser confundido com mera solidariedade. Agregar a outro indivíduo não ocorreu de maneira aleatória ou despropositada e, em geral, o agregado deve ter sido aceito como complemento da mão de obra na faina agrícola, em atividades artesanais, no trabalho doméstico etc., especialmente em domicílios pequenos e despossuídos, como sugeriram alguns autores¹⁷.

Não se pode ignorar, porém, que nem toda relação de agregação estava baseada em uma relação de troca explícita, como força de trabalho em troca de moradia, já que a própria noção de força de trabalho, e mesmo de trabalho como atividade abstrata, não era própria às relações econômicas e sociais do mundo colonial ibero-americano setecentista. Existiram diversas situações em que agregar ou agregar-se estiveram relacionados com o apoio da comunidade a indivíduos que necessitavam amparo social, como órfãos, viúvas, mães solo, idosos, enfermos etc. E mesmo indivíduos abastados agregaram seus parentes de nível social equivalente, assim como famílias

¹⁴ SAMARA, *Lavoura Canavieira...*, *Op. cit.*, p. 18, 40-42.

¹⁵ SAMARA, A constituição da família..., *Op. cit.*, p. 2141 e 2147; SILVA, Giovanna Turato Citron. Solteiras, viúvas e casadas sem marido na São Paulo do século XIX: um olhar através das listas nominativas de habitantes de 1802. *Revista Angelus Novus*. São Paulo, 12 (17), 2022, p. 11-12.

¹⁶ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Agregados em casa, agregados na roça: uma discussão. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 187.

¹⁷ SAMARA, *Lavoura Canavieira...*, *Op. cit.*, p. 27-28; MARCÍLIO, *Crescimento Demográfico...*, *Op. cit.*, p. 106-107; CAMPOS, Alzira L. de Arruda. *Os agregados no tempo dos capitães-gerais*. O exemplo da cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978, p. 274; BACELLAR, *Viver e sobreviver...*, *Op. cit.*, p. 148.

inteiras poderiam agregar-se a lares empobrecidos ou senhoriais. O fenômeno, portanto, é bastante complexo e sua compreensão não pode limitar-se a uma única forma de relação social, pois várias foram as possibilidades e o grupo dos agregados, então, foi composto por indivíduos muito diferentes, inviabilizando o estabelecimento da categoria *agregado* como designativa de um tipo uniforme¹⁸.

O fenômeno da agregação também não deve ser reduzido a um suposto paternalismo da elite colonial se, ao menos na cidade de São Paulo, a maior parte dos agregados foi registrada em unidades domésticas de baixo rendimento anual, e não nos domicílios de grandes senhores¹⁹. Agregar, então, não se traduz unicamente como ajuda do agregador ao agregado, mas como uma relação de interesses mútuos.

Fontes e métodos

Em seu fazer científico, o historiador do cotidiano colonial se depara com o desafio que reside em vislumbrar experiências de vida de uma população majoritariamente analfabeta, que deixou poucos vestígios materiais e raríssimos textos escritos, em especial no caso das mulheres. Suas vozes dificilmente se ouvem reverberar pelos corredores dos arquivos e museus. E não só por sua inserção desigual na sociedade de *Ancièn Regime* aqui estabelecida, mas, também, pela dificuldade prática de produção e armazenamento de materiais escritos no mundo americano dos setecentos. Mas os obstáculos não venceram a determinação burocrática portuguesa da segunda metade do século XVIII, e, dado o tamanho empenho dos agentes administrativos da Coroa e os recursos por eles mobilizados, alguns ecos sobre as configurações de moradia das pessoas mais pobres, sobretudo mulheres, ainda se fazem ouvir.

Este trabalho tenta resgatar essas formas de vida não pelas vozes desses sujeitos, mas ouvindo o que sobre eles foi dito pela administração colonial: e a capitania de São Paulo, na virada do século XVIII servindo como palco para produção agroexportadora, foi local profícuo para a produção de documentação administrativa. Do esforço civilizatório – entenda-se: de adequação da estrutura social, econômica e política da capitania ao Pacto Colonial – empreendido a partir da Restauração²⁰, em 1765, surgem os Maços de População, ou Listas Nominativas de Habitantes.

Recenseamentos produzidos sob ordem da Coroa portuguesa entre 1765 e 1822, as Listas Nominativas de Habitantes da capitania de São Paulo encontram-se, hoje, disponíveis em formato digital no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)²¹. Elaboradas à semelhança de tabelas, contêm linhas que indicam o nome de cada habitante, e colunas nas quais constam, para cada um: número; número do fogo/domicílio; idade; cor; estado conjugal; eventual cargo militar ou eclesiástico. Há nas linhas, ainda, a posição que cada sujeito ocupa como membro do domicílio, em relação ao chefe; por vezes, há condições de saúde. As listas mais elaboradas

¹⁸ BACELLAR, Carlos. Solidariedade no sertão: A família e seus agregados em São Paulo colonial. *Voz Lusíada*. São Paulo, n. 19 e 20, pp. 144-165, 2003; GOMES, Luciano. O conceito histórico de agregado e metodologia em história social (sul do Brasil, virada do século XVIII para o XIX). *Tempo*. Niterói, vol. 29, n. 2, pp. 66-85, mai./ago. 2023.

¹⁹ Os dados ainda estão em processo de compilação para apresentação em futura dissertação de mestrado, e, por isso, não foram apresentados. Partem de uma análise das Listas Nominativas de Habitantes, fontes históricas que logo serão abordadas.

²⁰ Processo histórico que foi descrito em: MONT SERRATH, Pablo Oller. *São Paulo Restaurada: Administração, Economia e Sociedade numa capitania colonial (1765-1802)*. São Paulo: Alameda, 2016.

²¹ <https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao>.

contêm uma coluna para indicação de ocupações e rendimentos anuais em réis ou produção agropecuária.

O recorte de pesquisa aqui apresentado diz respeito à análise detida das listas de 1777, 1782 e 1794, e da análise parcial das listas de 1798 e 1802. A lista de 1777 é a primeira em que consta a categoria “agregado” de forma consistente; a de 1782 é uma amostra da década de 1780; e a lista de 1794 é representativa da década de 1790, sendo uma das amostras mais completas para o período anterior ao aprimoramento das listas que ocorre a partir de 1798.

As listas foram produzidas pela burocracia régia com objetivos militares – como, por exemplo, para precisão no recrutamento masculino para as Guerras do Prata –, fiscais – para levantamento da produtividade e sua taxaço, assim como para repasse orçamentário –, e administrativos – para contagem da população e organização do território em vilas e cidades, bem como para controle da produção agrícola na gestão colonial. O fato de existirem séries anuais quase completas, para diversas vilas da capitania, torna São Paulo um caso único na América portuguesa²².

É importante ressaltar que essas listas foram produzidas pelo Estado, e para intervenção do Estado na ocupação do território; mas não para direcionar políticas públicas nesse sentido, nem a assistência aos menos favorecidos. Não se façam anacronismos: essa não era uma preocupação do Estado setecentista. E, portanto, é preciso logo de início compreender que as listas não foram feitas com o objetivo de registrar com minúcias as formas de habitação dos sujeitos empobrecidos, menos ainda das mulheres, alijados que estavam do paradigma familiar proposto pela elite, em especial pela Igreja. Essas fontes foram produzidas a partir do olhar de agentes masculinos, atendendo à lógica da burocracia régia portuguesa, num esforço administrativo de organizar essa sociedade paulista em expansão e enquadrá-la nos circuitos capitalistas do açúcar no Atlântico.

No processo de urbanização e de gestão que nasce daí, qual será o papel do Estado? Questão difícil de desvendar. Atendo-se às fontes: o que esses recenseamentos podem mostrar sobre o desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo? Mais do que isso: o que eles podem mostrar sobre o papel das mulheres nesse processo? Para encontrar respostas, a investigação precisa aprofundar. Mas algo já é possível depreender: o que os recenseamentos mostram sobre esse processo é, em linhas gerais, o papel feminino através da responsabilidade pelos domicílios ou do mecanismo da agregação, negligenciadas que foram essas pessoas pelo Estado.

Para enxergar tais vivências é preciso mais do que a leitura a contrapelo. É preciso superar uma série de obstáculos filológicos e da estrutura da fonte, cuja enumeração, de tão extensa, foge ao escopo deste trabalho²³. De modo geral, essas mulheres, e os agregados como um todo, aparecem assim: recenseados com seu nome, idade, quando muito cor e posição no domicílio. Mas se os domicílios têm sua composição alterada com frequência, os registros de idade e cor são imprecisos, e os agregados pobres não são registrados com sobrenome, como identificá-los ano a ano? A própria categoria *agregado* é problemática na fonte, já que categorias diferentes aparecem arroladas sob esse rótulo, como expostos, parentes, não parentes, agregados fixos, agregados temporários etc.; relações sociais diferentes são recenseadas sob essa mesma categoria. E isso se dá porque na própria sociedade colonial o conceito não possui definição clara, sendo um

²² MARCÍLIO, *Crescimento Demográfico...*, *Op. cit.*, p. 16 e 35.

²³ Uma crítica ampla à fonte, embora não exaustiva das peculiaridades relativas à agregação, pode ser vista em: BACELLAR, Carlos. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 14, n. 1, pp. 113-131, 2008.

fenômeno bastante heterogêneo. Os cuidados metodológicos na lida com a fonte devem ser, portanto, redobrados.

Agregação domiciliar: um fenômeno feminino

Entre os anos de 1777 e 1794, os recenseamentos analisados demonstram que a população recenseada estava em torno de 8.000 habitantes, dos quais aproximadamente 4.800 eram livres. Dentre estes, os agregados representavam cerca de 20%, o que demonstra que a agregação não constituía um fenômeno marginal ou excepcional, mas uma estratégia amplamente difundida.

Os dados ainda evidenciam que a agregação possui um marcado recorte de gênero²⁴, já que cerca de 64% dos agregados eram mulheres, e aproximadamente a metade dos domicílios agregadores estava sob responsabilidade feminina – dado significativo, já que os domicílios femininos representavam somente cerca de 30 a 40% do total, indicando a forte relação entre eles e as práticas de agregação. Assim, a inserção feminina na dinâmica da agregação expressa tanto a maior vulnerabilidade à qual estavam sujeitas as mulheres, quanto a agência desse grupo na construção do espaço habitado da cidade de São Paulo: buscando alojamento em domicílios alheios, colocando-se como responsáveis pela incorporação de outros indivíduos aos seus espaços; enfim, integrando e organizando redes domésticas de sobrevivência.

Ao observar o fenômeno da agregação, uma das primeiras questões que emerge é a sua natureza profundamente marcada pela instabilidade. A condição de agregado envolve, quase sempre, a realocação constante: pessoas que entram e saem dos domicílios, residem temporariamente, mudam-se quando a convivência se torna inviável ou quando as condições materiais se alteram. Essa mobilidade forçada produz um modo de habitar a cidade que não é fixo nem garantido — trata-se de uma existência submetida à precariedade, na qual o espaço doméstico se torna contingente e provisório. Esse movimento é percebido nas Listas Nominativas a partir da tentativa de localizar unidades domiciliares ou determinados sujeitos ano a ano, que resulta em pouco sucesso: os domicílios têm sua composição alterada com frequência, e os habitantes alheios ao núcleo familiar, em geral registrados apenas com o primeiro nome, desaparecem do registro para reaparecer – quase inidentificáveis – em outros lares. A figura do agregado, portanto, sintetiza a instabilidade urbana vivida pelos pobres em fins do século XVIII.

Ursula Maria, por exemplo, mulher de 38 anos e solteira, foi recenseada como responsável por um domicílio na zona mais central da cidade, no ano de 1777. Nele, agregava Baldoíno, de 8 anos; Roza, de 28; Roza, de 8; e Joaquim, de 2. Cinco anos mais tarde, em 1782, Baldoíno continua agregado, mas ambas as Rozas deram lugar a Thereza, forra da idade de 30 anos, e Antônio, exposto de 2 anos. Aparece ainda outro Joaquim, que, pela diferença de idade – de 2 anos em 1777 para recém-nascido em 1782 – parece tratar-se de outra criança²⁵. Onde foram morar os agregados que saíram do domicílio, e de onde vieram os que agora nele habitam?

Outro ponto relevante é que a maior parte dos agregados não possuía laços de parentesco com o responsável pelo domicílio. Longe de reforçar a ideia tradicional de família nuclear como pilar estruturante da sociedade colonial, o fenômeno da agregação aponta justamente para o contrário:

²⁴ Em relação à cor, os censos utilizados, especialmente os de 1777 e 1782, apresentam informações bastante precárias, o que tornaria a análise pouco sólida pela fragilidade dos dados.

²⁵ Lista Nominativa de Habitantes da cidade de São Paulo, ano de 1777, Centro, fogo 383; Lista Nominativa de Habitantes da cidade de São Paulo, ano de 1782, Centro, fogo 188.

o domicílio — e não o parentesco — emerge como o principal eixo de organização social de uma parte considerável da população. A unidade doméstica, como unidade produtiva, funcionava como espaço de sobrevivência, solidariedade ou negociação, agregando indivíduos cujos vínculos não se explicam somente pela consanguinidade, mas pela necessidade material de habitar, pela reciprocidade possível, ou simplesmente pela falta de alternativa em uma cidade na qual a capitalização da terra despontava. Isso tensiona a leitura clássica que toma a família patriarcal como elemento central e estável da vida colonial, mostrando que, para os indivíduos pobres, a estabilidade familiar não era a norma, mas sim a exceção.

O manejo do trabalho dentro desses arranjos é uma chave de análise fundamental, embora as fontes limitem a precisão dessa leitura: o registro das ocupações de um domicílio só foi feito de forma sistemática nas listas posteriores a 1798, e, ainda assim, indica em geral a ocupação do responsável pela unidade doméstica, e não a ocupação de cada membro. De toda forma, é possível supor que muitos agregados contribuíssem com trabalho — doméstico, agrícola, artesanal ou de cuidado — como forma de compensar sua permanência no domicílio. No entanto, há casos em que a presença do agregado não se explica por uma lógica pautada na utilidade econômica: a incorporação de enfermos, idosos, crianças e indivíduos que não produziam para a economia local revela dimensões que vão além da lógica do valor, própria à sociedade capitalista, e anacrônica se aplicada à colônia. É possível conjecturar a existência de redes de apoio informal e solidariedades que nem sempre deixaram rastros explícitos nas Listas Nominativas, mas que podem ser intuídas pela composição e pelo tamanho dos grupos domésticos. Ademais, especialmente no caso das mulheres, boa parte do trabalho para sustento econômico era feito no próprio ambiente domiciliar, seja a casa ou o quintal: fiar algodão, picar fumo, colher milho, alimentar porcos, ralar mandioca devem ter sido tarefas executadas, em conjunto, nesse ambiente compartilhado da morada, levando os habitantes às ruas especialmente nos atos de compras, vendas e trocas de produtos.

Essas características apontam para uma multiplicidade de formas de habitação que fogem aos modelos mais difundidos pela historiografia e, especialmente, pelo senso comum que projeta idealizações sobre o passado brasileiro. A família nuclear – casal e filhos –, longe de representar a forma dominante de ocupação doméstica, coexistiu e foi, por vezes, ultrapassada em importância percentual por unidades domiciliares desconexas [casal/indivíduo + agregado(s)/escravo(s)], como mostra a Figura 1, e aumentadas [casal/indivíduo + filho(s)/neto(s)/parente(s) + agregado(s)/escravo(s)], conforme a nomenclatura proposta por Eni Samara²⁶. O que organizava esses agrupamentos não era, portanto, o parentesco, mas a necessidade compartilhada de garantir a sobrevivência material em um contexto escravista de pobreza estrutural, ausência de assistência estatal e, sobretudo, de dificuldade do acesso à terra.



Figura 1 - Domicílio 135 da Primeira Companhia de Ordenanças da cidade de São Paulo, no ano de 1794. Fonte: Lista Nominativa de Habitantes da cidade de São Paulo, ano de 1794, APESP.

Importa ainda considerar que o espaço doméstico paulista, no final do século XVIII, não correspondia ao modelo compartimentado que se consolidaria no século seguinte. Como demonstrou Leila Algranti, a casa colonial — tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas — possuía

²⁶ SAMARA, A constituição da família..., *Op. cit.*, p. 2139.

estrutura simples, poucos cômodos, circulação fluida entre interior e exterior e uso intenso de quintais, varandas e anexos. A separação entre trabalho, sociabilidade e vida privada era tênue, e os ambientes cumpriam múltiplas funções. Essa configuração espacial não apenas facilitava a presença de indivíduos não aparentados, como a tornava quase inerente ao funcionamento cotidiano do domicílio²⁷. A agregação, portanto, deve ser compreendida também à luz dessa materialidade: tratava-se de casas que acolhiam porque, estruturalmente, eram feitas para o vaivém, a permeabilidade e a coexistência.

Conforme indicou a autora, mesmo as fontes históricas disponíveis para a colônia “sugerem que há certa preocupação com a esfera íntima, no nível das consciências e da fé [...], porém não exatamente a preocupação com uma vida familiar” (ALGRANTI, 1997, p. 120); mais do que um ambiente privado de compartilhamento afetivo, a casa colonial parece ter servido como espaço para produção da vida e no qual as tarefas domésticas envolviam não somente a reprodução social, mas também a produção de utensílios – bolsas, cestos, panelas, redes, esteiras, sabão, couro, cerâmica, roupas, etc. – que podiam ser desempenhadas por crianças, adultos, idosos, homens e mulheres.

Tudo isso revela a pluralidade de maneiras de habitar a cidade de São Paulo no final do século XVIII. Habitar, nesse contexto, não se restringe ao espaço físico, mas envolve estratégias de inclusão e exclusão, relações assimétricas, mecanismos de apoio e negociações cotidianas. A agregação, longe de ser um arranjo marginal ou anômalo, constituiu uma forma central — embora invisibilizada — de organização social dos pobres em um ambiente urbano em expansão, desigual em suas oportunidades. E a existência da escravidão não anulava a necessidade de redes informais de apoio, assim como a agregação não substituiu a exploração do trabalho cativo: eram mecanismos simultâneos de sustentação da vida urbana para os grupos empobrecidos. Se a família nuclear patriarcal é um ideal difundido pela tradição acadêmica, pela literatura ficcional, pela mídia e pela religiosidade, a prática cotidiana revela – no passado e no presente – arranjos muito mais flexíveis para garantir a continuidade material do lar.

Considerações finais

O Capitalismo atua como força que reorganiza o espaço urbano, altera os padrões de moradia e eleva o custo de existência nas cidades, mas não integra a população a essa dinâmica de produção e circulação de riqueza. O resultado é a intensificação das desigualdades: quem está fora da esfera econômica dominante sofre os efeitos das mudanças que ela provoca, mas não se beneficia delas. E esse processo se agrava porque o Estado colonial não atua como agente de proteção social. Há investimento administrativo para contar e classificar os habitantes — como mostram as Listas Nominativas —, mas não para garantir meios de sobrevivência àqueles afetados pelas transformações urbanas. A infraestrutura avança, mas não a assistência; o controle se expande, mas não o amparo.

A população livre e pobre na São Paulo colonial, longe de constituir-se como a camada “inútil” de elementos “indefinidos” de Caio Prado Jr. (2020, p. 299), era composta por um conjunto bastante diverso de indivíduos que, no seu viver cotidiano, jamais notaram pairando sobre suas cabeças a extensão do Capitalismo e jamais consideraram a si mesmos como parte da economia

²⁷ ALGRANTI, Famílias e vida doméstica..., *Op. cit.*

operante no Atlântico Sul, apesar do fato de suas condições materiais serem diretamente influenciadas por tais forças estruturais. Mais do que definir os agregados como tipo ou grupo social de características estreitas, deve-se buscar entender o lugar que esses sujeitos ocupavam em sua sociedade, e como esse lugar foi historicamente produzido por linhas de força muito mais extensas que o termo da cidade, que a zona da capital ou, ainda, do que as fronteiras da capitania paulista; tem-se, aí, a busca da Totalidade histórica.

Ademais, os fenômenos da agregação e dos lares sob responsabilidade feminina não devem ser entendidos como anomalias se são estruturais em toda a América Latina, prolongando-se desde o período colonial até a atualidade. Diversos estudos, por exemplo, apontam para o aumento dos lares chefiados por mulheres em todo o território americano – lares que agregam outros indivíduos e se inserem em redes de vizinhança e solidariedade²⁸. A existência histórica dessas mulheres, pouco investigada nos estudos acerca do período colonial, é parte constituinte da estrutura social vigente no território americano, sem a qual não se pode compreender o modo de vida da população livre e pobre. Agregar-se ainda é uma questão do tempo presente porque o acesso à terra ainda é limitado. Constituir domicílio próprio ainda é uma dificuldade no mundo do século XXI. E, assim como mulheres e homens lograram garantir sua sobrevivência de diferentes formas no século XVIII, continuam fazendo-o nos dias de hoje.

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, vol.1, 1997, pp. 62-120.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Agregados em casa, agregados na roça: uma discussão. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, pp. 187-199.

_____. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. **Locus: Revista de História**. Juiz de Fora, v. 14, n. 1, pp. 113-131, 2008.

_____. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

_____. Solidariedade no sertão: A família e seus agregados em São Paulo colonial. **Voz Lusíada**. São Paulo, n. 19 e 20, pp. 144-165, 2003.

_____. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

CAMPOS, Alzira L. de Arruda. **Casamento e família em São Paulo Colonial: caminhos e descaminhos**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Os agregados no tempo dos capitães-generais**. O exemplo da cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: Notas para o estudo das formas de organização familiar do Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 37, pp. 5-16, mai./1981.

²⁸ Para um arrolamento destes estudos, cf.: CARVALHO, Luiza M. S. Santos. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. **Revista Estudos Feministas**. v. 6, n. 1, 1998.

CARVALHO, Luiza M. S. Santos. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. **Revista Estudos Feministas**. v. 6, n. 1, pp. 1-27, 1998.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. **Estudos Feministas**. [S.l.] n.2, pp. 373-382, 1994.

GOMES, Luciano. O conceito histórico de agregado e metodologia em história social (sul do Brasil, virada do século XVIII para o XIX). **Tempo**. Niterói, vol. 29, n. 2, pp. 66-85, mai./ago. 2023.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo (1750-1850)**. São Paulo: EDUSP, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850**. São Paulo: EDUSP, 2014.

_____. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)**. São Paulo: EDUSP, 2000.

MONT SERRATH, Pablo Oller. **São Paulo Restaurada: Administração, Economia e Sociedade numa capitania colonial (1765-1802)**. São Paulo: Alameda, 2016.

NAZZARI, Muriel. Dotes paulistas: Composição e transformações (1600-1870). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, nº 17, pp. 87-100, set. 1988/fev. 1989.

NICOLETTE, Carlos Eduardo. **À luz do ouro branco: lavoura canavieira paulista e a montagem do parque açucareiro de Campinas (c.1790-1818)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

PRADO JR., Caio da Silva. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SAMARA, Eni de Mesquita. A constituição da família na população livre (São Paulo no século XIX). **Anais do IV Encontro da ABEP**, [S.l.] pp. 2135-2157, 1984.

_____. **Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano: Itu, 1780-1830**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SCHOLZ, Roswitha. O Valor é o Homem. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. [Originalmente publicado na revista Krisis nº 12, 1992, pp. 19-52]. Tradução de José Marcos Macedo. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, nº. 45, pp. 15-36, julho de 1996.

SILVA, Giovanna Turato Citron. Solteiras, viúvas e casadas sem marido na São Paulo do século XIX: um olhar através das listas nominativas de habitantes de 1802. **Revista Angelus Novus**. São Paulo, 12 (17), pp. 1-31, 2022. Disponível em: < <https://revistas.usp.br/ran/article/view/189568>>. Acesso em: 08 dez. 2025.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org). **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.